

EM BUSCA DA ÁFRICA NA CARTOGRAFIA EUROPEIA DAS LUZES

FURTADO, Júnia. *O quebra-cabeças africano: como um embaixador português, um geógrafo francês, um escritor inglês e um pirata imaginário transformaram a cartografia da África e abriram as portas para o imperialismo*. Belo Horizonte: Miguilim, 2022. 509 p.

O novo livro da historiadora Júnia Ferreira Furtado desvenda o complexo jogo de representações cartográficas sobre o continente africano elaboradas por protagonistas europeus situados em diferentes lugares de observação. Obra de fôlego, resultado de aturada pesquisa em instituições francesas, portuguesas, alemãs e norte-americanas, onde a historiadora pôde consultar documentos cartográficos, manuscritos muitos deles inéditos e, ainda, pouco acessíveis. A familiaridade com as coleções de mapas raros, manuscritos e impressos, lhe permitiu reconstituir os processos de composição da imagem cartográfica da África nos gabinetes europeus ao longo de quatro séculos de exploração, registro e interações com as sociedades africanas.


No decorrer dos 19 capítulos, ela compôs uma intriga folhetinesca que envolve um diplomata, um geógrafo, um pirata e um escritor-comerciante, como se depreende do subtítulo da obra. Os fios da trama que amarram a tese central do livro estão claramente evidenciados no subtítulo, à maneira barroca. Ao explicitar os processos de apagamento, instrumentalização e ocultação das realidades geográficas africanas em sucessivos momentos históricos, a historiadora conclui que, ao fim e ao cabo, as representações cartográficas europeias da África teriam propiciado a “partilha” do continente no contexto da Conferência de Berlim (1885) sem levar em conta os interesses do colonialismo português.

Seguindo essa trilha, Furtado realiza uma leitura contrafactual dos

artefatos cartográficos, entrecruzando os mapas com um corpo documental conformado por romances de aventura, memórias científicas, crônicas de missionários, relatos de viagem e documentação diplomática. A cada capítulo ou episódio da trama, somos convidados a estabelecer aproximações entre textos ficcionais e testemunhos diretos dos acontecimentos, dos quais extrai evidências verossímeis de autores consagrados, de Jonathan Swift a Joseph Conrad. Nesse afã, constrói uma *mise en scène* plausível, como é o caso de uma novela de piratas lida em voz alta pelos criados do diplomata português d. Luis da Cunha. Segundo a autora, as novelas de Daniel Defoe (pseudônimo do comerciante de vinhos Charles Johnson) – mais conhecido entre nós pelas aventuras *Robinson Crusoe* (1719) – teriam predisposto o diplomata português d. Luís da Cunha a lançar um programa cartográfico de defesa dos interesses da coroa portuguesa junto à corte francesa, após a Paz de Utrecht (1713).

Em livros anteriores, a historiadora já havia evidenciado o papel ativo desse diplomata na formulação do conceito de *uti possidetis* como instrumento do direito interestatal europeu. Recentemente, ela voltou ao

tema em artigo publicado em inglês, onde acentua o papel de d. Luis da Cunha na reelaboração desse dispositivo jurídico, bem como na interpretação da noção romana de *res nullius* (patrimônio de ninguém).¹ No referido artigo, ela sublinha que a gênese do *uti possidetis* se relaciona com os tratados luso-hispânicos na bacia platina nas primeiras três décadas do século XVIII e, portanto, anteriores às negociações do Tratado de Madrid (1750). Com efeito, essa abordagem relativiza o papel de Alexandre de Gusmão, o secretário de João V, a quem o historiador português Jaime Cortesão dedicou importante obra.² Convém lembrar que entre os diplomatas, historiadores e especialistas em direito internacional contemporâneo, Alexandre de Gusmão tem lugar tutelar como patrono do Itamaraty. Aliás, não por

1 Júnia Furtado, “Portuguese America under Foreign Threat and the Creation of the Concept of *uti possidetis* in the First Half of the 18th Century”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, Historia Moderna, n. 34 (2021), pp. 109-142 .

2 O historiador português foi quem melhor estudou a participação de Alexandre de Gusmão nas negociações do tratado de Madri. Ver Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri – negociações*, Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, 1950.

acaso, essa percepção foi cristalizada nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil (1922) e no IV Centenário da Cidade de São Paulo (1954).³

Júnia Furtado demonstrou que as encomendas de d. Luis da Cunha ao jovem cartógrafo francês Jean Baptiste B. D'Anville estimularam uma revolução nos modos de representar não apenas América do Sul, mas também o continente africano.⁴ A colaboração entre o diplomata português e o cartógrafo produziu uma experiência científica inédita, sob o patrocínio também da Casa do Duque de Orleães em Paris, onde os relatos de travessias transoceânicas eram difundidos e debatidos entre os convivas seletos.

Desde 1720, d. Luis da Cunha acalentava o projeto de conectar as duas costas litorâneas da África meridional através de uma via terrestre. Assim, nas primeiras cartas geográficas encomendada a D'Anville (1725, 1727, 1731) a contiguidade

hidrográfica entre os atuais domínios de Angola e Moçambique (pelo curso do rio Cunene) pôde ser visualizada. No entanto, o mesmo cartógrafo forjaria novas representações dessa extensa área territorial ao modificar a posição geográfica das implantações portuguesas, dos rios e dos lagos. No trecho a seguir, D'Anville justifica as alterações realizadas nos mapas posteriores a 1732 (segundo citação de Furtado):

Parte interior totalmente desconhecida no detalhe, a qual parecerá mais sensivelmente e com mais extensão que em todas outras cartas precedentes, não por um grande aumento entre as duas costas da Etiópia Ocidental e Oriental, pois que nós a temos muito mais perto do que outros; mas por termos exagerado menos na extensão do país conhecido de uma parte e outra, de forma que o espaço intermediário que ainda é vazio para a Geografia, em se tornando mais vasto se torna sensível. É por isso que nós tínhamos feito entrar nesta *Carte de l'Ethiopie Occidentale*, a parte Oriental, pois o conhecimento dessas terras é menor (p. 350).

Convém destacar que os três últimos livros publicados por Júnia Furtado formam uma trilogia em torno da coleção de Jean Baptiste B. D'Anville. Este acervo possui cerca

3 Veja-se o último capítulo do livro de Synesio Sampaio Goes Filho, *Alexandre de Gusmão (1695-1753): o estadista que desenhou o mapa do Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

4 Júnia Furtado, *Oráculos da geografia iluminista*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009; *A invenção do Mapa do Brasil*, Rio de Janeiro: Versal, 2013.

de dez mil mapas e milhares de documentos de natureza geográfica, manuscritos e inéditos inventariados em 1827.⁵ Considerado uma das coleções matriciais do Departamento de Cartas e Planos da Biblioteca Nacional da França, o acervo de D'Anville até recentemente não havia sido objeto de estudos mais verticalizados, de modo que os livros de Júnia Furtado despertam o interesse dos estudiosos da cartografia francesa.⁶

Nesse novo livro, ela descortina os métodos utilizados pelo cartógrafo nas reconstituições geográficas. A documentação foi organizada em séries cartográficas (sincrônicas e diacrônicas) e analisada com recursos didáticos de visualização gráfica que permitem a comparação dos signos e evidências. Esse aparato analítico tem o objetivo de historicizar a emergência dos conceitos socioespaciais. A exploração exaustiva desse repertório lhe permitiu rastrear autorias, rever cronologias e processos de

apropriação da informação geográfica a partir de diferentes suportes textuais, gráficos e iconográficos.

Considerando que D'Anville foi um cartógrafo de gabinete e, portanto, dependia de uma rede de informantes para obter documentação de primeira mão, sua contribuição residiu na capacidade de sistematizar, confrontar e criticar a documentação recebida por muitas vias, algumas delas sigilosas e outras fortuitas. O escrutínio dessa vasta coleção que abrange documentos do século XVI até a década de 1780, revelou suas intervenções, recomposições e modos de espacialização dos dados geográficos. De certa forma, Junia colocou em prática o mesmo método proposto pelo cartógrafo.

Por intermédio dos nomes atribuídos aos reinos, impérios e comunidades nativas, Furtado identifica os critérios de racialização e hierarquização das sociedades africanas. Observa que, de maneira geral, a classificação dos povos levou em conta o domínio das línguas, as práticas religiosas, comerciais, fabris e o grau de sedentarização. Nesse sentido, ela aponta para a tensão entre registro da diversidade das raças e línguas (conforme preconizavam os filósofos das Luzes) e os impulsos

5 Barbi du Bocage, *Catalogue géographique, raison ou classement methodique de la collection géographique du Departement des Affaires Etrangères*, 1827, BNF (catálogo manuscrito).

6 Catherine Hofmann e Lucile Haguët (org.), *Jean-Baptiste d'Anville, un cabinet savant au siècle des Lumières*, Oxford: Oxford University Press; Paris: BNF, 2018.

de apagamento das diferenças, que produziram uma verdadeira *taxionomia da barbárie*.

Paradoxalmente, a geografia de gabinete de D’Anville se desenvolveu num momento em que a cartografia topográfica e geodésica se impunha como ciência do território, ao menos na Europa e nas Américas.⁷ Como aponta a autora, D’Anville buscou descrever o território a partir da etnografia dos missionários, suprimindo a geografia mítica preexistente e projetando uma visão homogênea, linear e integrada da superfície terrestre. Por sua vez, ao fazê-lo, produziu espaços em branco nas cartas geográficas (especialmente naqueles locais de onde não tinha notícias de primeira mão suficientes). Em outras palavras, ao deslocar as representações alegóricas para os cartuchos ornamentados (e gravados a buril por seu irmão Hubert-François Bourguignon ou Gravelot) nas laterais das cartas impressas, criou vazios demográficos no interior do continente, abrindo as portas ao imperialismo oitocentista, na visão da autora.

Valendo-se do conceito de *inter-tradução* para explicar as relações

7 Pelletier Monique, *Les Cartes Cassini, la science au service de l’état et des régions*, Paris: Éditions du CTHS, 2002.

entre relatos manuscritos, livros impressos, gravuras e mapas, Furtado dá uma contribuição teórica importante para a historiografia da cartografia. Seu exercício consiste em acompanhar as sucessivas transfigurações dos indícios textuais, toponímicos e convenções gráficas. Nesse âmbito, ela não deixa de confirmar a arbitrariedade dos signos visuais e dos topônimos largamente perpetuados na cartografia europeia, quando se tem em conta as identidades políticas e jurisdições territoriais elaboradas no interior das sociedades africanas.

Sua leitura atenta dos cronistas e missionários jesuítas, capuchinos e oratorianos ilumina as colaborações entre os *savants* europeus que abasteciam o cartógrafo francês de informações. Contudo, enfatiza que foi por intermédio do projeto de d. Luis da Cunha que se inaugurou um regime de visualidade territorialista sobre o interior do continente. Nas palavras da autora: “o projeto *savant* que dom Luís da Cunha orquestrou dava a ver e legitimava, ao olhar das demais nações europeias, as pretensões da Coroa portuguesa sobre tais territórios” (p. 350).

Em 1777, D’Anville publicou orientações para a construção das

cartas geográficas nas quais explicita sua metodologia de atribuição de topônimos, sugerindo a necessidade de transliterar a sonoridade das línguas locais, as quais deveriam ser adotadas conforme os usos correntes das populações autóctones. Mas a tarefa era difícil, sobretudo nas regiões não abrangidas pelas civilizações greco-latina e árabe-muçulmana. Aliás, me pergunto se D’Anville dominava a língua árabe – considerando a sua importância no continente africano – ou se dependia de textos traduzidos e de colegas arabistas da Academia de Inscrições e Belas Letras. As realidades criadas pelo tráfico negreiro também persistiram na toponímia, a exemplo da designação “cafraria” atribuída aos povos não muçulmanos, quiçá uma forma de indicar a localização dos povos vulneráveis às razias escravizadoras dos comerciantes, tanto europeus como islâmicos.

Se, por um lado, a proposta de uso das línguas autóctones expressa um desejo etnográfico próprio da cultura das luzes; a intenção de “preservar” a diversidade das línguas originárias era útil na competição interestropeia pela cooptação das elites

dirigentes africanas, no esforço de atrair suas redes mercantis e de interagir com as comunidades de sábios e expertos locais. Júnia Furtado sublinha a operação de esvaziamento e de migração das figurações simbólicas ou alegóricas (subtraídas do mapa) para o registro textual ou toponímico. Tal mutação revela a força retórica do colonialismo europeu, na medida em que o ato de nomear constitui, em si mesmo, um ato de desterritorialização. Ela se ancorou em Joseph Conrad para argumentar o significado do espaço em branco no mapa: “O coração da África era branco e grande”, assim Conrad exalta os antigos navegadores e cartógrafos num ensaio lapidar do pensamento colonialista no início do século XX: “O negócio de criar mapas é uma ocupação comprometida com a Verdade, que registrava o conhecimento duramente conquistado, mas também, sob o espírito científico, a ignorância geográfica de seu tempo”.⁸

Em nova chave interpretativa, Furtado retoma a gênese do *Mapa Cor-de-Rosa ou da Carta da África*

8 Joseph Conrad, *Last Essays*, ed. Richard Curle, Londres: J.M.Dent & Sons, 1926, pp. 10-17 (publicado originalmente na *National Geographic*, mar. 1924).

Meridional Portuguesa (1886) – coordenada por A. A. de Oliveira por encomenda da Comissão de Cartographia – para litigar a favor dos direitos territoriais portugueses em África, no contexto da Conferência de Berlim, quando os argumentos históricos sobre a anterioridade da presença lusa foram ignorados pelas demais potências europeias, e o princípio da livre navegação internacional na bacia do Congo, Zambeze e Rovuma se impôs. Nessa altura, Portugal também perdia o domínio da foz do rio Congo.⁹ Aliás, na última década, as dificuldades do terceiro império português em exercer sua soberania efetiva nas possessões africanas vem sendo objeto de importantes estudos.¹⁰

Uma questão em aberto, sugerida pela leitura desse livro monumental, seria explorar uma hipótese subsidiária de que o mapa de D’Anville, antes de ter sido usado pelo imperialismo oitocentista finissecular, alimentou as práticas colonialistas francesas entre a expansão napoleônica até a criação da Sociedade de Geografia de Paris, em 1821. Não por acaso, foi por essa época que a coleção de D’Anville foi organizada e manuseada por cientistas, militares, empresários e diplomatas franceses. O quebra-cabeças oferecido por Júnia Furtado abre uma nova seara de pesquisas sobre os artefatos cartográficos na construção dos impérios europeus modernos e contemporâneos.

Iris Kantor  

Universidade de São Paulo

9 João Carlos Garcia, “A representação antes da alienação: imagens cartográficas da organização do espaço angolano: c. 1883-1930 in Maria Emilia Madeira Santos (org.), *A África e a instalação do sistema colonial – c.1885-c.1930: Actas da III Reunião Internacional de História de África* (Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2001), pp. 71-90.

10 Valentin Alexandre, *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*, Lisboa: Quixote, 2008; Miguel Bandeira Jeronimo, *A diplomacia do imperialismo: política e religião na Partilha de África (1820-1890)*, Lisboa: Edições 70, 2012.

doi: 10.9771/aa.v0i67.54992